

livros recebidos...



LOVATTO, Angélica

A utopia nacionalista de Hélio Jaguaribe – os tempos do Iseb.

São Paulo: Xamã Editora, 2010

Email: vendas@xamaeditora.com.br

PREFÁCIO

Paulo Ribeiro da Cunha

Professor de Teoria Política da
FFC/UNESP-Marília

Um questionamento se apresenta quando analisamos a história de um personagem: o momento em que a lenda não foge à dimensão de um mito. Também pode acontecer de este personagem ser refém de um objetivo que revele sua trajetória, num processo que conduza à apreensão de suas vicissitudes. Este é o desafio que nos apresenta Angélica Lovatto em seu livro sobre Hélio Jaguaribe, inegavelmente um mito.

Construído com rigorosa pesquisa, o livro pauta-se em um diálogo com Hélio Jaguaribe e sua obra, e dele apreendeu a gestação de seu histórico projeto nacionalista desde os tempos do Iseb. Limites e possibilidades são revelados,

bem como é exposto o caráter autoritário de que o projeto se traveste: uma concepção de Estado neobismarckiano, idealizado como possibilidade a ser transposta ao cenário brasileiro, e por meio dele, a socialização do capitalismo. Utopia? Seguramente, mas Angélica Lovatto contribui e muito para compreender a expressão desse projeto que é, sobretudo, conservador, e que seria expressão hegemônica da burguesia industrial; aliás, a burguesia como classe, que Jaguaribe também se propôs representar, e até mesmo dela ser porta-voz, sem sucesso.

A trajetória teórica e prática de Jaguaribe teve início no Rio de Janeiro dos anos 1950, nos tempos do chamado Grupo de Itatiaia, que reunia intelectuais paulistas e cariocas com um propósito específico: compreender a especificidade da problemática brasileira em sua correlação com uma visão geral da cultura universal. A preocupação teórica estava fundamentada numa necessidade prática: formular um programa nacional de superação do atraso brasileiro, na perspectiva da classe que poderia trazer a modernidade ao país: a burguesia industrial.

No entanto, a clareza da proposta era muito mais de Jaguaribe e do chamado setor carioca do grupo do que da parte ligada a São Paulo. Esta última não conseguiu superar sua ligação ideológica anterior com o integralismo e rompeu com o grupo, exceção feita a Roland Corbisier que, inclusive, transferiu-se para o Rio de Janeiro. Estas questões são examinadas por Lovatto na primeira seção do livro, em que aparecem os desdobramentos desta dissolução do Grupo de Itatiaia, o conseqüente surgimento do Instituto

Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (Ibesp) e sua revista, *Cadernos do nosso tempo*, e, finalmente, a efetivação da proposta jaguaribeana de um organismo estatal de pesquisa para formular um programa para o desenvolvimento do Brasil, batizado de Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o Iseb, criado em 1955.

A partir da constituição do Iseb, e considerando a situação político-econômica que o Brasil passou a desenvolver sob o governo Juscelino Kubitschek, Jaguaribe desenvolveu os principais conceitos que deram suporte a sua proposta nacionalista, pensada sempre como uma tarefa a ser conduzida pela burguesia nacional. Para o intelectual carioca, o Iseb tinha a função de ser uma *intelligentsia* brasileira, que realizaria um movimento de idéias para a conscientização da própria burguesia brasileira, que ainda não tinha clareza sobre um projeto que só cabia a ela realizar. Não por acaso, o autor desenvolveu uma teoria sobre os estrangulamentos que afetavam toda a cultura ocidental e a cultura brasileira em particular, assunto tratado por Lovatto na Seção “A filosofia como autoconsciência da cultura”.

Hélio Jaguaribe era um árduo defensor da cultura ocidental, entendida como uma maneira de combater os perigos que a situação da Guerra Fria trazia naquele momento da história universal, já que o autor via no socialismo soviético um perigo a ser afastado. No entanto, no paradoxo que acompanha seu discurso, demonstrado pela autora do livro em sua terceira e quarta seções, Jaguaribe toma o cuidado de também se opor à incorporação mecânica do Brasil ao que chama de “satelitismo norte-americano”. O discurso de uma “terceira via” emerge com força, mas o acompanhamento mais atento de seus

conceitos ao longo do livro leva-nos à dimensão da essência de seu discurso: a proposta de “socialização do capitalismo” só poderia ser efetivada por um governo forte e autoritário, de tipo neobismarckiano – inspiração buscada na unificação alemã – já que o autor entende que a urgência da superação do atraso brasileiro só poderia ser levada a cabo pela burguesia se nada a impedisse de implementar medidas objetivas – e rápidas – para o desenvolvimento nacional, numa palavra, a utilização de capitais estrangeiros a serem diretamente investidos na economia nacional. Mais um paradoxo.

Essa explícita defesa de Jaguaribe de quebra de monopólios estatais – por meio da utilização de capitais internacionais – foi uma espécie de sucesso e ruína de seu projeto no Iseb. A proposta era convergente com o que acontecia durante os “cinquenta anos em cinco” do governo JK, mas ao mesmo tempo sofria implacável crítica dos próprios membros do Iseb, que viam na proposta uma oposição explícita ao baluarte do nacionalismo que era, por exemplo, a Petrobras naquele momento. A crise institucional que atingiu o Iseb a partir disso foi irreversível, levando ao desligamento de Jaguaribe do instituto em abril de 1959.

Lovatto, no entanto, não terminou sua pesquisa nesse momento, pois preocupou-se em demonstrar como havia uma sintonia conservadora no ideário do autor em alguns textos pós-isebianos, especialmente os que tratavam do evento autoritário mais marcante do desfecho daquele momento histórico: o golpe militar de 1964. Ou seja, o cientista político carioca havia deixado o projeto iseiano, mas jamais seu próprio projeto teórico de implorar à burguesia que assumisse seu papel

histórico. Por isso, num primeiro momento teve uma postura de condenação ao golpe, adjetivando-o como um regime “colonial-fascista”. O que lhe desagradava era muito mais o fato de a burguesia não estar à frente do aparelho de estado do que o caráter autoritário de que o regime se revestia. Porém, após os resultados do chamado milagre econômico (1968-73), o autor volta à carga com uma análise do processo e, satisfeito com os resultados materiais que o regime havia conseguido, amenizou de certa forma sua qualificação anterior, a ponto de não entender o regime como uma ditadura, na medida em que havia uma alternância no poder entre os militares. E, mais uma vez, propunha: era chegado o momento de os militares desocuparem o aparelho de estado. Não foi o que

aconteceu. Mas sua defesa e recuperação da burguesia enquanto classe e portadora da essência das condições para a superação do atraso brasileiro continuou, em verdade, até hoje.

A rigor, esta postura de Jaguaribe remete à própria história desse bom burguês, em especial da quase lenda que se construiu em seu entorno, e que a pesquisa da autora desvela em sua verdadeira dimensão. Jaguaribe, no entanto, pertence à história, e por essa razão não nos cabe fazer julgamentos maiores nestas poucas linhas; porém, se assim for nossa intenção, caminhemos com Angélica Lovatto como ponto de partida para a apreensão do ideário do cientista político carioca.